



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 24



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Seguridade Social e Família

25 DE SETEMBRO DE 2019

SETOR HOSPITALAR BRASILEIRO FAZ BALANÇO NA CSSF



A Comissão de Seguridade Social e Família reuniu, na quarta-feira (18), representantes do setor hospitalar brasileiro. O objetivo foi traçar um panorama da área e unir forças em prol da saúde no Brasil. “É a primeira vez que reunimos as principais entidades nacionais do setor, na mesma mesa”, disse o deputado Antonio Brito, presidente da Comissão.

Breno Monteiro, da Confederação Nacional de Saúde, apresentou números do setor e disse que de 2010 a 2018 foram fechados 2.127 hospitais no Brasil e perdidos 34 mil leitos. “Enquanto os planos de saúde aumentaram consideravelmente nos últimos anos, o nosso

custo de internação aumentou apenas 0,5%.” Breno salientou que no primeiro trimestre desse ano o setor empregou mais de 65 mil pessoas. “Essas pessoas precisam de treinamento e nós é que fazemos esse investimento.”

O representante da Federação Brasileira dos Hospitais, Adelvanio Morato, falou sobre a situação tributária da rede hospitalar brasileira. “A arrecadação tributária do setor hospitalar dá mais de 18 bilhões. Precisamos discutir o que representa o setor para a saúde e falar sobre a tabela defasada do SUS. Se entendermos melhor o financiamento, teremos condições de fazer uma remuneração adequada.”

Marco Aurélio Ferreira, da Associação Nacional dos Hospitais Privados, falou sobre o Sinar, um programa inovador de informação adotado por todas as entidades associadas. “Precisamos fazer uma leitura dos dados gerados nesses hospitais. Inclusive, aprovamos a inclusão de hospitais não associados ao sistema. Para melhorar a gestão é preciso trabalhar com indicadores.”

Mário César Homsí, da Confederação das Santas Casas de Misericórdia disse que as linhas de crédito recém-criadas para auxiliar o setor ainda não funcionam. “Por parte do Banco do Brasil não verificamos ações para abrir a linha de crédito. A Caixa começa a operar, mas, com a concorrência da Caixa Hospitais e passa a fazer exigências que não estavam previstas, como a adesão a outros seguros comercializados pelo banco. O BNDES tem uma outra linha de crédito e hospitais em São Paulo já estão aderindo. São recursos que só podem ser usados em parte para reestruturação financeira das entidades.”

O FUTURO DA ORTOPEDIA NO BRASIL

“Agradeço a presença de todos nesse dia de valorização do profissional da ortopedia. Acho que temos que ter uma presença efetiva, toda a classe médica precisa participar da política. É fundamental porque o país não muda se a gente não participar.”, disse o deputado Dr. Luisinho, requerente da audiência pública que deu um panorama sobre o setor profissional de ortopedia no Brasil.

Moises Cohen, presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia (SBOT), entidade que foi homenageada em Sessão Solene na Câmara, disse que o setor quer somar junto ao Legislativo. “Não queremos ficar apenas reclamando, queremos tomar a atitude da participação ativa.” Ele falou também sobre a criação do comitê de jovens ortopedistas que fortalece o movimento de profissionais da área.



Paulo Lobo Junior, diretor de Regionais da SBOT, disse que esse é um momento histórico para a entidade. “Hoje contamos aqui nessa discussão com a participação de 24 regionais. Em todos os estados brasileiros temos representação e isso é fundamental para o desenvolvimento da profissão.”

Sérgio Okane, representante da Comissão de Políticas Médicas da SBOT, disse que as regionais precisam ter participação nas Câmaras Legislativas estaduais. “Cabe a nós estarmos

atentos e presentes para orientar o Legislativo sobre qual é o melhor caminho para a saúde do País.”

Fernando Façanha, presidente do 51º Congresso Brasileiro de Ortopedia falou sobre o evento marcado para acontecer em Fortaleza, no mês de novembro. “Queremos fortalecer os profissionais e resgatar o que é o Congresso de Ortopedia perante a sociedade. Já batemos recorde de inscrições. A grade científica vai contar com 23 profissionais internacionais, tudo feito com muito cuidado.”

PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

O assunto é um dos eixos temáticos da Subcomissão Permanente de Saúde, da CSSF. A reunião foi presidida pela deputada federal Leandre (PV-PR) que é relatora desse eixo. “Precisamos saber as prioridades do Ministério da Saúde com relação a prevenção e promoção da saúde. Por isso convidamos o secretário de Vigilância em Saúde da pasta.”

Wanderson Kleber de Oliveira, disse que a vigilância em saúde é o primeiro passo para conhecer a situação da população e planejar ações e programas que reduzam a ocorrência de doenças. Ele ressaltou a importância da cobertura vacinal, disse que a imunização previne 26 doenças em todo o globo, podendo salvar 1,5 milhão de pessoas no mundo.

Wanderson traçou um panorama sobre o Programa Nacional de Imunizações. “Já existe há 46 anos. Contamos com 47 imunobiológicos, 30 vacinas, 4 imunoglobulinas e 13 soros. São R\$ 4.3 milhões investidos todos



os anos para aquisição desses medicamentos que previnem mais de 50 doenças imunopreveníveis”.

Ele deu informações sobre os calendários de imunização para diferentes faixas etárias, e citou as mais de 36 mil salas de vacinação disponíveis em todo Brasil. Falou também sobre o surto de sarampo no mundo e as doenças eliminadas graças a cobertura vacinal. “Precisamos evoluir. Por isso foi determinada a informatização do sistema vacinal, já integrado e funcionando. Não foi lançado nacionalmente, mas, o aplicativo já está disponível.” Wanderson falou ainda sobre orçamento da Secretaria, planejamento estratégico e atendimentos à população.

LEI DE ARBITRAGEM E OS AVANÇOS PARA O PAÍS

Esse foi o tema de audiência pública requerida à pedido do deputado Antonio Brito (PSD-BA). Participaram o representante do Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil, Marcus Ferreira; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Moura Ribeiro; e o representante do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar), Daniel Tavela.

O ministro do STJ, Moura Ribeiro, disse que o tema da arbitragem mobiliza as pessoas. “Acho que a alternativa somos nós. As pessoas precisam buscar soluções para o que os aflige. Há soluções pacíficas dos conflitos e são históricas. É preciso ver o direito com outros olhos.” O ministro disse que o assunto é sensível a todos e por isso merece atenção da Casa e se colocou à disposição para novos debates.

Marcus Ferreira disse que Centro de Mediação português sempre esteve presente no Brasil. “A Câmara Portuguesa aprovou o seu regulamento que traz no seu bojo o que chamamos de arbitragem expedita, ou seja, de menor custo, acessível a contratos de



menor complexidade, que podem sugerir às partes uma solução mais rápida de suas controvérsias. Queremos que cada vez mais pessoas, e não só as de classes econômicas privilegiadas, possam ter acesso a uma solução expedita de seus conflitos.”

Daniel Tavela apresentou o Comitê Brasileiro de Arbitragem. “Somos uma associação fundada há 19 anos, com a missão de fazer contribuições acadêmicas e legislativas sobre métodos adequados de resolução de controvérsias. Temos feito o monitoramento de projetos que se relacionam ao tema e apresentado notas técnicas. Hoje, tramitando são cerca de 80 medidas.” Daniel falou também sobre os ordenamentos jurídicos da arbitragem de conflitos.

Nome afetivo em guarda provisória?



Foto: Cláudio Araújo

O deputado Diego Garcia é relator, na CSSF, de um projeto de lei que trata da adoção de nome afetivo na guarda provisória de crianças e adolescentes. Com o intuito de aprofundar a discussão sobre o tema e desenvolver o relatório o parlamentar reuniu especialistas para tratar do tema.

A secretária Nacional da Família, Ângela Gandra, do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos disse que o objetivo da pasta é defender a família e por isso se posiciona contra a adoção de nome afetivo na guarda provisória. “Ainda não se constituiu uma situação jurídica definitiva, que no futuro pode se complicar. A criança tem um passado e uma ruptura precoce pode ser traumática para ela”, disse Gandra. Ângela informou que a secretaria está trabalhando para agilizar os processos de adoção e para isso não pode defender um nome afetivo que seria, nas palavras usadas no projeto, provisório.

A representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Luciana Oliveira, disse que a adoção desde a Constituição de 2018, assumiu um caráter protetivo. “A adoção tem que ser vista como um processo que prioriza a criança. Essas crianças quando na fila de adoção, já estão fragilizadas. Muitas das adoções não se concretizam e algumas crianças são devolvidas, por inúmeros motivos, depois de adotadas. Se o nosso objetivo for proteger o menor, precisamos ser contra esse projeto.”

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfiotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação:
Manu Nunes

Diagramação:
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br